

Regime militar bania disciplina das escolas

A disciplina de filosofia esteve banida dos cursos de ensino médio durante 37 anos, entre 1971 e 2008, época do governo militar que se instituiu no país a partir de 1964. Nesse período, ela foi substituída pelo ensino de educação moral e cívica. Para Sérgio Rodrigues, privilegiou-se naquela época o ensino tecnicista no País, direcionado para o trabalho. “Uma função não reflexiva, que era excelente para um regime autoritário.”

Desde 2008, quando houve uma mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o ensino de filosofia voltou a ser obrigatório nas escolas de ensino médio. A Secretaria de Educação de Minas Gerais estima que faltem, pelo menos, dois mil professores de filosofia no Estado e que essas vagas devem ser preenchidas nos próximos cinco anos. “A filósofa Sônia Viegas dizia que o filósofo é essencialmente um professor”, afirma a professora de Filosofia da PUC Minas, Sílvia Maria Contaldo. Professora da UFMG, Sônia Viegas, morta em 1989, foi uma ativista cultural de Belo Horizonte.

Mesmo no período em que esteve fora da grade curricular do ensino médio, o Curso de Filosofia da PUC Minas sempre foi voltado para a docência. “Com a volta da disciplina de filosofia, usamos a experiência que já tínhamos na formação de professores para nos aproximar mais das escolas”, diz Sérgio Rodrigues. Os professores e alunos do curso elaboraram um caderno de textos e um livro didático para serem utilizados nas instituições de ensino médio.

O Curso de Filosofia mantém ainda dois projetos de extensão para a comunidade: Trilhas Filosóficas e Convite ao Pensar. O projeto Trilhas



Lages: atendimento humanizado

Filosóficas tem como objetivo levar uma reflexão filosófica para fora da Universidade por meio de oficinas e atividades educativas. Já o Convite ao Pensar são conferências abertas à comunidade acadêmica e ao público externo. Em 2009, o tema dos encontros foi o consumismo.

A filosofia tem ajudado o pediatra Raul Antônio Costa Lages no relacionamento com os seus pacientes. “Ela amplia a visão de mundo, o raciocínio e a maneira de pensar a vida. As minhas entrevistas com pacientes ficaram mais humanizadas”, diz Raul, que se formou em medicina em 1973. Três décadas depois, ele voltou às salas da Universidade. Em 2008, concluiu o Curso de Filosofia na PUC Minas. Desde a adolescência, ele se debruçava nas livrarias sobre os livros do filósofo existencialista francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) e confessa que não entendia muito o pensamento do autor. Para ampliar seus conhecimentos sobre Sartre e outros filósofos, o pediatra resolveu cursar Filosofia.

“Estamos numa sociedade em crise. As pessoas se sentem perdidas e à procura de respostas. Então, abre-se um vasto espaço para a filosofia”

Sérgio Murilo Rodrigues
Coordenador do Curso de Filosofia



Alan: filosofia para o ensino médio

“O filósofo é por excelência um curioso”, define o médico, que atualmente tem como livro de cabeceira *Quebrando o Encanto*, do filósofo norte-americano Daniel Dennett. O livro discute a crença humana nas religiões, a partir de uma questão fundamental: por que o homem crê na existência de seres superiores e lhes confere o estatuto da divindade?

De olho nas novas perspectivas do mercado de trabalho, o aluno do 8º período de Filosofia da PUC Minas, Alan Kenneth Souza Pereira, 22 anos, já ministra aulas de filosofia para o ensino médio na Escola Estadual Nascimento Nunes Leal, no bairro Marimbá, em Betim. Alan se interessou por filosofia desde quando cursou a disciplina no ensino médio na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, também em Betim.

Atuando numa área de risco social e diante de um tema pouco palatável, Alan usa como tática, para atrair seus alunos, a exibição de filmes e textos. Esses recursos os aproximam da sua realidade. Durante as aulas, são discutidos temas como violência, criminalidade, segurança pública e saúde. “Posso dizer que os alunos estão bem interessados nas aulas. Com a volta da obrigatoriedade da disciplina no ensino médio, abriu-se um grande campo de atuação para os filósofos”, afirma Allan Kenneth. ■

Artigo | Lúcia Lamounier Sena*

Crack

a vitimização dos pobres?



Pode-se afirmar que o crack é uma “droga dos pobres”? Diríamos inicialmente que não. Nenhuma droga está a princípio restrita a uma classe social para uso. No entanto, podemos afirmar, com base nos resultados da pesquisa sobre os impactos do crack na segurança e saúde pública, realizada recentemente pelo Centro de Pesquisa em Segurança Pública da PUC Minas (Cepesp), que essa é uma droga que vitimiza de maneira predominante os pobres, aqueles que são capazes de nos mostrar que o fosso da exclusão pode ter dimensão abissal.

O crack vitimiza os pobres, na medida em que os lugares em que hoje predomina a sua comercialização, as bocas, são referências socioespaciais, ou seja, estão localizadas nas periferias, favelas e aglomerados. Pode-se afirmar que, quanto mais baixos os indicadores sociais mínimos, quanto mais alta a taxa de desemprego local ou população atrelada a atividades informais de baixa remuneração, quanto mais baixa a escolaridade, condições de habitação precárias e alto índice de grupos familiares desestruturados ou monoparentais, maior será a probabilidade de o local abrigar uma rede de bocas com poder centralizado.

A centralização indica domínio sobre um território socioeconomicamente frágil e, portanto, mais propício para a ação de um grupo que se impõe com força real e simbólica

nessas localidades. Essa imposição implica despotismo, tais como regras privadas de controle e resolução de conflitos, restrição do direito de ir e vir, porte de armas para constrangimento, dentre outras formas de dominação que possam atuar como garantia de prevalência de poder.

Motivadores da adesão

A vitimização dos pobres também diz respeito às relações de trabalho estabelecidas na sua rede de comercialização do crack. A dinâmica é garantida pela conexão realizada por jovens que buscam, por meio desse trabalho, acesso material e simbólico. No entanto, o acesso a um pertencimento é, também, produto ofertado por uma boca. A busca por respeito, o sonho de conquistar um lugar que permita vingar a morte de um ente querido, geralmente a figura paterna, o fetiche de portar ou ter acesso a armas, acesso a bens de consumo de produtos de marca, que garantem visibilidade e status local, sentir-se membro de um grupo considerado como uma família que não se tem, são fatores que não podem ser desconsiderados como motivadores da adesão a uma rede de bocas.

Em geral, são jovens, moradores dos locais onde se instalam as bocas, com idade a partir dos 12 anos (sendo que jovens abaixo dessa idade também foram identificados) e que podem atuar na condição de vapores ▶

“O crack vitimiza os pobres, na medida em que os lugares em que hoje predomina a sua comercialização, as bocas são referências socioespaciais, ou seja, estão localizadas nas periferias, favelas e aglomerados”



Pesquisa do Cepesp da PUC Minas aponta que o crack é uma droga que vitimiza de maneira predominante os pobres

“Os confrontos armados não são entre os ‘patrões’, mas entre ‘os pequenos’ de uma boca contra outros ‘pequenos’”

ou guerreiros (vendedores), aviões (acionam os vendedores e entregam a droga), correria (deslocamento entre bocas), olheiros, fogueteiros, atividade (acionadores da segurança), faxineiros ou ratos (cobradores e matadores).

As relações estabelecidas configuram-se como trabalho que, obviamente, é destituído de qualquer regra de segurança. Pelo contrário, a insegurança e sujeição à violência são comuns. Essa violência é ainda maior se considerarmos que nem todas essas funções são remuneradas em espécie. O trabalho remunerado em produto é também moeda corrente para algumas funções consideradas “menores”, ou para aqueles indivíduos cuja manutenção do vício (que já se encontra em estágio máximo) depende do exercício de algum trabalho para receber em troca uma “pedra”.

Essas conexões são dinâmicas e apresentam um alto nível de vulnerabilidade. A inserção e a manutenção de um jovem em uma determinada rede dependem, a princípio, da sua capacidade de domínio sobre a sua forma de atuar como membro de uma boca. No entanto, ele tem baixo poder de controle sobre o seu desempenho, não só pela fragilidade pessoal que lhe é inerente, mas porque está sujeito às situações adversas, impossíveis de serem previstas ou controladas em termos das suas consequências. Por exemplo, pode ser vítima de roubo ou perda da carga sob sua responsabilidade. Nesses casos, a decisão sobre a resolução do

problema depende do gerente a que está ligado. Pode ser vítima de delação por membros da própria rede e ser preso; pode se envolver em confrontos físicos; ter que assumir a responsabilidade de homicídio, dentre outras situações cujo grau de comprometimento da sua atuação pode acarretar até mesmo sua eliminação como membro conectado a uma boca, no sentido literal do termo.

Produto top

Outro elemento importante relaciona-se aos indicadores de violência e domínio do crack como produto top vendido nas bocas. Os dados apurados na pesquisa demonstram que essa droga potencializou as situações de conflitos decorrentes de endividamento na rede de comercialização por um fator relacionado ao principal efeito farmacológico da droga: a compulsão ao uso.

Os relatos mais frequentes foram de que “o cliente” do crack é um consumidor compulsivo, um usuário obsessivo. Como consequência desse efeito, o crack passa a ser uma droga de valor relativamente alto, tendo em vista o volume do consumo e o perfil socioeconômico que predomina entre os usuários. Portanto, é um consumidor que, ao longo do seu período de uso, fatalmente estará implicado em situações de endividamento que, dependendo do montante ou causa geradora, pode acarretar, em última instância, a morte do devedor.

O processo de endividamento gerado pelo crack “desemboca” em vários tipos de conflito interno na rede de comercialização, na localidade em que reside e/ou seu entorno. O roubo é a situação mais recorrente. Ele pode ocorrer na transação comercial, ou seja, roubar toda a “carga” do produto que deveria ter uma parte vendida (delito grave, conhecido como “derrame” da droga); ocorre dentro

“O crack vitimiza os pobres pelas práticas de violência, que parecem se espalhar para todo o tecido social das localidades em que essas redes estão instaladas”



da própria família, gerando situações de violência doméstica e diminuição de um patrimônio já reduzido; no entorno das bocas ou dentro da própria região de moradia, sendo esse delito o mais passível de ocorrência de homicídio contra o usuário pelos próprios integrantes da rede.

Outra situação de vitimização dessa população são os conflitos abertos, também conhecidos como “guerra do tráfico”, geralmente originados de um processo de concorrência primitiva. A guerra, como uma ação de tomada de boca,

é a ocupação de um ponto de venda por um grupo ou indivíduo. Os confrontos armados não são entre os “patrões”, mas entre “os pequenos” de uma boca contra outros “pequenos”, fato que reforça a afirmação anterior sobre a vulnerabilidade das conexões, os jovens, que atuam na front dessas guerras.

Práticas de violência

Finalmente diríamos que o crack vitimiza os pobres pelas práticas de violência, que parecem se espalhar para todo o tecido social das localidades em que essas redes estão instaladas. A violência passa a ser um “valor” de cultura local incorporada como usual na forma de resolução de conflitos que, aparentemente, não dizem respeito ao âmbito da comercialização.

Por exemplo, situações em que um desafeto ou um mal-entendido ocorrem, mas não necessariamente há uma questão comercial como o fator desencadeante do conflito; resoluções extremas, como agressões físicas, vinganças e/ou a prática de homicídio se apresentam como respostas obrigatórias ao ocorrido. Sobretudo se considerarmos que o porte de armas passa a ser mais comum e acessível, inclusive entre os jovens.

A pesquisa nos indica que o crack, como uma tendência, nos impõe a todos um enfrentamento contra um contexto de violência que não diz respeito somente a um segmento populacional. Pela dimensão das suas consequências, vitimiza de maneira mais acachapante os pobres, mas de forma indiscriminada violenta toda a sociedade. ■

*Lúcia Lamounier Sena

Professora de Metodologia Qualitativa do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas
Coordenadora da pesquisa de campo relativa aos dados das redes de comercialização do crack

Pesquisa

Segurança em risco

Situações traumáticas e falta de apoio são principais desencadeadores de problemas de saúde de vigilantes

Michelle Stammel

Eles participam de forma discreta do nosso dia a dia. Estão nos bancos, casas noturnas, condomínios fechados, shopping centers, entre outros, para garantir a segurança das pessoas. Porém, pouco se sabe sobre a rotina de trabalho destes profissionais: os vigilantes. Com o objetivo de preencher essa lacuna, pesquisa desenvolvida por professores da PUC Minas e da UFMG revela que a maioria deles é vítima de problemas psicológicos originados das situações de estresse vivenciadas no exercício da profissão, além da falta de atenção das empresas contratantes no que diz respeito a essas questões. O estudo foi desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Empregados de Empresas de Vigilância e Transporte de Valores de Minas Gerais e o Ministério Público do Trabalho.

Os resultados da pesquisa, realizada entre 2008 e 2010, em Belo

Horizonte, com 1.232 vigilantes, mostram que 38,9% dos entrevistados, que dizem ter sido vítimas de assaltos, não receberam qualquer tipo de apoio por parte das empresas de vigilância e 61,05% dos trabalhadores afirmam não terem sido afastados do trabalho após o episódio traumático. “Esses trabalhadores fazem parte de uma classe invisível para a sociedade. Ganham atenção ▶

“Depois do assalto, o que a empresa faz é te dar outra arma para você voltar ao seu posto para trabalhar. Ninguém me perguntou se eu estava bem ou se precisava de alguma coisa”

G. E. S.